

Prova Objetiva – Caderno de Questões

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém cem questões, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua Folha Definitiva de Respostas, a seguinte frase:
Assim como uma pequena vela lança os seus raios, uma boa ação brilha num mundo maldoso.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha Definitiva de Respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **duas horas e trinta minutos** após o início da prova e **não** poderá levar consigo este Caderno de Questões nem a Folha Definitiva de Respostas. Para posterior conferência de suas marcações, anote-as no quadro abaixo e, ao término da prova, solicite que o fiscal de sala destaque a capa deste Caderno de Questões e leve-a consigo.
- 8 Todas as suas respostas deverão ser transcritas para a Folha Definitiva de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva. A questão deixada em branco ou para a qual for assinalada mais de uma opção de resposta na Folha Definitiva de Respostas será atribuída pontuação nula.
- 9 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu Caderno de Questões e a sua Folha Definitiva de Respostas e deixe o local de prova.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na Folha Definitiva de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.
- 11 Apenas a capa deste caderno pode ser destacada.

Comunicado

Para recorrer contra o resultado da prova objetiva, o examinando deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, no endereço eletrônico www.oabsp.org.br ou www.cespe.unb.br/concursos/oabsp, e seguir as instruções ali contidas. Ao concluir o seu recurso, o examinando deverá imprimi-lo e guardar a cópia impressa consigo. Ao imprimir o seu recurso, o examinando estará automaticamente protocolando-o eletronicamente junto à OAB/SP, **não havendo necessidade de protocolar a cópia impressa.**

ATENÇÃO: a impressão do recurso deverá ser efetuada somente após a inclusão, pelo examinando, de todas as razões recursais, referentes a todas as questões impugnadas. **Após a impressão, o sistema eletrônico não permitirá qualquer alteração e(ou) edição do recurso.**

AGENDA (datas prováveis)

- I 11/1/2009, após as 17 h (horário de Brasília) – Caderno de Questões: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 13/1/2009, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais da prova objetiva: Internet — www.oabsp.org.br e www.cespe.unb.br.
- III 20/1/2009, após as 14 h (horário de Brasília) – Resultado da prova objetiva: Internet — www.oabsp.org.br e www.cespe.unb.br.
- IV 21 a 23/1/2009 – Recursos (prova objetiva): Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, na Internet — www.oabsp.org.br e www.cespe.unb.br/concursos/oabsp —, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V 6/2/2009, após as 16 h (horário de Brasília) – Resultado final da prova objetiva e convocação para a prova prático-profissional: Internet — www.oabsp.org.br e www.cespe.unb.br/concursos/oabsp.
- VI 15/2/2009 – Aplicação da prova prático-profissional.

Espaço para anotação das respostas do examinando:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

Nas questões de 1 a 100, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha Definitiva de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

De acordo com dispositivo constitucional vigente, a súmula com efeito vinculante

- A será editada por qualquer tribunal, quando houver reiteradas decisões que recomendem a uniformização do entendimento pelos juízes de primeiro grau.
- B será editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após reiteradas decisões sobre matéria constitucional.
- C será editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para o aprimoramento das rotinas administrativas dos órgãos do Poder Judiciário.
- D será editada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), para a correta interpretação de lei federal.

QUESTÃO 2

O presidente da República pode adotar medidas provisórias, com força de lei, sobre

- A instituição e majoração de impostos.
- B definição de crime ou majoração de sanção penal.
- C prazos eleitorais.
- D prazos processuais.

QUESTÃO 3

Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), o sigilo das comunicações telefônicas

- A é absolutamente inviolável.
- B poderá ser violado, por ordem de ministro de Estado, para instrução de processo administrativo disciplinar.
- C poderá ser violado, por ordem judicial, para fins de investigação criminal.
- D poderá ser violado, por ordem judicial ou administrativa, para instrução processual de ação de improbidade administrativa.

QUESTÃO 4

É correto afirmar que a lei penal

- A retroagirá, salvo disposição expressa em contrário.
- B não retroagirá, salvo se o fato criminoso ainda não for conhecido.
- C retroagirá, se ainda não houver processo penal instaurado.
- D não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

QUESTÃO 5

Segundo a CF, pode ser instituída pena

- A de trabalhos forçados.
- B de perda de bens.
- C de banimento.
- D de caráter perpétuo.

QUESTÃO 6

Na administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios, os cargos em comissão

- A serão preenchidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos.
- B destinam-se apenas às atribuições de direção e chefia.
- C serão preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- D serão exclusivamente preenchidos por servidores de carreira, ainda que requisitados de outros órgãos.

QUESTÃO 7

A chamada quarentena para juízes, introduzida na CF pela Emenda Constitucional n.º 45/2004,

- A veda ao desembargador aposentado o exercício da advocacia, enquanto estiverem em atividade no tribunal do qual se afastou os magistrados que lhe foram contemporâneos.
- B veda ao juiz afastado em processo administrativo disciplinar o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual foi afastado.
- C veda ao juiz exonerado o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos da exoneração.
- D veda ao juiz aposentado o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria.

QUESTÃO 8

As ações contra o CNJ e contra o Conselho Nacional do Ministério Público serão julgadas

- A no STJ, quando se tratar de mandado de segurança.
- B no STF, em qualquer hipótese.
- C no Tribunal Superior do Trabalho, se houver matéria trabalhista.
- D na justiça federal do domicílio do autor.

QUESTÃO 9

O CNJ

- A terá seus membros nomeados pelo presidente do STF, depois de aprovados por maioria absoluta no Senado Federal.
- B poderá rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunal julgados há menos de um ano.
- C poderá apreciar, de ofício, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, mas não poderá desconstituí-los.
- D compõe-se integralmente de magistrados.

QUESTÃO 10

Compete ao STJ processar e julgar originalmente

- Ⓐ a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados.
- Ⓑ o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for do Congresso Nacional.
- Ⓒ a extradição solicitada por estado estrangeiro.
- Ⓓ os mandados de segurança contra ato dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio tribunal.

DIREITO CIVIL**QUESTÃO 11**

José contratou com João o fornecimento diário de refeições por prazo indeterminado. No entanto, meses depois, João, mediante instrumento particular, cientificou José de que faria a interrupção da entrega das refeições a partir do trigésimo dia subsequente.

Na situação hipotética apresentada, o ato jurídico praticado por João caracteriza

- Ⓐ resilição unilateral.
- Ⓑ resolução por inexecução voluntária.
- Ⓒ direito de arrependimento.
- Ⓓ distrato.

QUESTÃO 12

A Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), lei de introdução às leis, contém princípios gerais sobre as normas sem qualquer discriminação, indicando como aplicá-las, determinando-lhes a vigência e eficácia, suas projeções nas situações conflitivas, evidenciando os respectivos elementos de conexão determinantes das normas substantivas aplicáveis no caso de haver conflito de leis no tempo e no espaço.

Maria Helena Diniz. *Curso de direito civil brasileiro. Teoria geral do direito civil*. Vol. 1, 24.ª ed., São Paulo: Saraiva, 2007 (com adaptações).

Considerando as ideias do texto acima e os dispositivos da LICC, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na interpretação sociológica da norma, o aplicador examina cada termo do texto normativo, isolada ou sintaticamente, atendendo à pontuação, colocação de vocábulos e origem etimológica das palavras.
- Ⓑ Na aplicação da norma, observa-se a existência do critério de subsunção quando, ao aplicar a norma ao caso, o juiz não encontra norma que lhe seja aplicável.
- Ⓒ A abrogação torna sem efeito uma parte da lei.
- Ⓓ Em caso de lacunas, a LICC estabelece mecanismos de integração de normas, tais como a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

QUESTÃO 13

Pessoa é todo ente físico ou moral suscetível de direitos e obrigações, sendo, portanto, sujeito de direitos.

Idem, ibidem.

Tendo o fragmento de texto acima como referência e considerando os dispositivos do Código Civil relativos às pessoas natural e jurídica, assinale a opção correta.

- Ⓐ A capacidade de exercício ou de fato da pessoa natural pressupõe a de gozo ou de direito, mas esta pode subsistir sem aquela.
- Ⓑ A incapacidade relativa da pessoa natural não pode ser suprida.
- Ⓒ O estado político da pessoa natural indica a sua situação em relação ao matrimônio e ao parentesco consanguíneo ou por afinidade.
- Ⓓ A capacidade de exercício da pessoa natural corresponde à sua inaptidão para ser sujeito de direito.

QUESTÃO 14

A respeito do fato jurídico, assinale a opção correta.

- Ⓐ Pode haver renúncia à prescrição antes da consumação do respectivo prazo, desde que não haja prejuízo a terceiros.
- Ⓑ Ato jurídico em sentido estrito é o que surge como mero pressuposto de efeito jurídico preordenado pela lei sem função e natureza de autorregulamento.
- Ⓒ O negócio jurídico, ato independente da vontade humana, produz efeitos jurídicos, criando, modificando ou extinguindo direitos.
- Ⓓ A decadência extingue a pretensão e, por via oblíqua, o direito.

QUESTÃO 15

A respeito do ato ilícito, assinale a opção correta.

- Ⓐ Todo ato lesivo é classificado como ato ilícito.
- Ⓑ Na seara da culpa extracontratual, o ofendido não precisa constituir o devedor em mora.
- Ⓒ A ilicitude do ato praticado com abuso de direito possui sempre natureza subjetiva, somente aferível a partir da comprovação da existência de culpa ou dolo.
- Ⓓ Ato ilícito é o que se pratica de acordo com a ordem jurídica, mas que viola direito subjetivo individual, apto a causar dano material ou moral a outrem.

QUESTÃO 16

Assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil.

- Ⓐ Considera-se dano moral direto a lesão a interesse tendente à satisfação ou a gozo de bem jurídico patrimonial que produza depreciação a um bem extrapatrimonial.
- Ⓑ Dano moral é a lesão de interesses exclusivamente patrimoniais de pessoas naturais ou jurídicas provocada pelo fato lesivo.
- Ⓒ Só subsiste a imputabilidade se presente o nexo causal.
- Ⓓ Em razão da natureza do dever violado, a culpa poderá ser contratual ou extracontratual.

QUESTÃO 17

O direito das coisas regula o poder do homem sobre certos bens suscetíveis de valor e os modos de sua utilização econômica. Insta acentuar que o direito das coisas não pode ser compreendido exatamente como sinônimo de direitos reais. Possui configuração mais ampla, abrangendo, além dos direitos reais propriamente ditos, capítulos destinados ao estudo da posse e aos direitos de vizinhança.

Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald. **Direitos reais**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006 (com adaptações).

Considerando as idéias do texto acima e os dispositivos do Código Civil relativos ao direito das coisas, assinale a opção correta.

- A Ao titular do direito real é imprescindível o uso da ação pauliana ou revocatória para recuperar a coisa em poder de terceiros, inclusive na hipótese de fraude à execução.
- B A promessa de compra e venda registrada no respectivo cartório de registro de imóveis e a propriedade fiduciária constituem exemplos de direitos pessoais.
- C Caracterizam-se os direitos reais pela formação de relações jurídicas de crédito entre pessoas determinadas ou determináveis, estando o credor em posição de exigir do devedor comportamento caracterizado por uma prestação de dar, fazer ou não fazer.
- D São elementos da relação jurídica oriunda dos direitos reais subjetivos: aquele que detém a titularidade formal do direito, a comunidade e o bem sobre o qual o titular exerce ingerência socioeconômica.

QUESTÃO 18

O testador tem ampla liberdade de testar, desde que preserve a legítima dos herdeiros necessários. Além de ser permitida a instituição de herdeiro e legatário em primeiro grau, a norma jurídica autoriza-lhe indicar substituto (sucessor de segundo grau) para recolher os bens da herança, na falta de herdeiro ou legatário nomeado, em virtude de falecimento antes da abertura da sucessão, de renúncia, ou de exclusão, ou após o herdeiro ou legatário indicado em primeiro lugar, que, nesse caso, passará os bens transmitidos pelo *de cuius*, depois de certo tempo, a um substituto.

Maria Helena Diniz. **Curso de direito civil brasileiro. Direito das sucessões**. Vol. 6, 21.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2007 (com adaptações).

Considerando as ideias do texto acima e os dispositivos do Código Civil relativos ao direito das sucessões, assinale a opção correta.

- A A substituição vulgar consiste na indicação da pessoa que deve ocupar o lugar do herdeiro, ou legatário, que não quer ou não pode aceitar a liberalidade.
- B Substituição recíproca consiste na instituição de herdeiro ou legatário com a obrigação de, por sua morte, a certo tempo ou sob condição preestabelecida, transmitir a uma outra pessoa a herança.
- C No usufruto testamentário, o testador poderá contemplar pessoas incertas ou ainda sem existência.
- D É permitida a substituição hereditária de mais de um grau.

QUESTÃO 19

Considerando-se os dispositivos do Código Civil relativos ao negócio jurídico e ao direito das obrigações, é correto afirmar que, se um humilde camponês, por meio de um contrato de compra e venda, adquirir algumas glebas de terra de seu vizinho, no valor de R\$ 15.000,00, porém aceitar como documentação o simples recibo firmado pela parte adversa, o referido contrato de compra e venda

- A será inexistente.
- B será perfeitamente válido.
- C terá existência fática, porém é nulo.
- D será anulável.

QUESTÃO 20

A respeito dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

- A No contrato de troca ou permuta, é permitida a permuta ou troca de um bem móvel fungível por prestação de um serviço prestado pela parte adversa ou por terceiro.
- B No contrato de empréstimo de uso, o emprestador tem obrigação legal de pagar as despesas feitas com o uso e gozo da coisa.
- C O mandato *ad judicium* só pode ser conferido a advogado regularmente inscrito na OAB, sob pena de nulidade do ato.
- D No contrato estimatório, o consignatário se liberará da obrigação de pagar o preço caso a restituição dos bens consignados, em sua integralidade, se torne impossível por fato a ele não imputável.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 21

José alienou a Antônio um veículo anteriormente adquirido de Francisco. Logo depois, Antônio foi citado em ação proposta por Petrônio, na qual este reivindicava a propriedade do veículo adquirido de José.

Na situação hipotética apresentada, para a defesa de seus direitos, além de contestar, Antônio poderia

- A propor ação judicial contra Petrônio, pedindo que fosse declarada a inexistência da compra e venda do veículo reivindicado.
- B denunciar a lide contra José.
- C oferecer reconvenção contra Francisco.
- D propor ação judicial contra José, pedindo que fosse declarada a nulidade da compra e venda do veículo reivindicado.

QUESTÃO 22

A respeito da competência, assinale a opção correta.

- A** Tratando-se de competência relativa, proposta a ação em foro diverso do competente, não pode o juiz reconhecer a sua incompetência de ofício, ainda que haja incapazes envolvidos.
- B** A intervenção de autarquia federal na condição de assistente em ação de acidente do trabalho desloca a competência para a justiça federal.
- C** O foro da residência da mulher para a ação de separação e de anulação de casamento, por ser especial, tipifica hipótese de competência absoluta.
- D** No caso da ação de adjudicação compulsória de bem imóvel, é competente o foro do domicílio de qualquer das partes.

QUESTÃO 23

De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), na hipótese de afinidade de questões por um ponto de fato ou de direito, duas ou mais pessoas podem litigar em conjunto no mesmo processo, tanto no polo ativo como no passivo. Nessa situação, verifica-se o fenômeno denominado

- A** assistência simples.
- B** litisconsórcio unitário.
- C** litisconsórcio facultativo.
- D** litisconsórcio necessário.

QUESTÃO 24

O dever de imparcialidade do magistrado é inerente ao exercício da jurisdição. A legislação processual civil prevê dois institutos por meio dos quais é possível afastar o juiz da demanda: o impedimento e a suspeição. Não se enquadra nas hipóteses de suspeição previstas no CPC o fato de

- A** o juiz ser herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
- B** alguma das partes ser credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes deste, em linha reta ou na colateral até terceiro grau.
- C** o juiz ser interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
- D** o juiz conhecer o processo contencioso ou voluntário em primeiro grau de jurisdição e ter-lhe proferido sentença ou decisão.

QUESTÃO 25

A interrupção da prescrição operada em razão da citação válida é o efeito material dessa espécie de comunicação dos atos processuais, o qual

- A** retroage à data do despacho que ordena a citação.
- B** retroage à data da propositura da ação.
- C** retroage à data da propositura da ação somente se o réu contestar.
- D** não retroage.

QUESTÃO 26

Não se inclui entre as hipóteses de cabimento do procedimento sumário previsto no CPC

- A** o arrendamento rural e de parceria agrícola.
- B** a interdição de pessoa idosa.
- C** o ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.
- D** a cobrança de honorários profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial.

QUESTÃO 27

Da decisão recorrida que julgar válida, em única ou última instância, lei local contestada em face de lei federal, é cabível recurso

- A** ordinário ao STF.
- B** ordinário ao STJ.
- C** especial.
- D** extraordinário.

QUESTÃO 28

Acerca dos procedimentos especiais, assinale a opção correta.

- A** É imprescritível a ação de petição de herança.
- B** Não é admissível ação monitória fundada em cheque prescrito.
- C** A usucapião pode ser arguida em defesa.
- D** Não é admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel.

QUESTÃO 29

O executado José, logo depois de intimado da formalização da penhora e da avaliação de bens, requereu ao juiz a expedição de guia para consignar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios. Nessa situação hipotética, segundo entendimento doutrinário, o ato processual requerido denomina-se

- A** remição da execução.
- B** usufruto de bens.
- C** remissão de bens.
- D** impugnação da execução.

QUESTÃO 30

A alienação de bem imóvel penhorado requerida pelo exequente constitui

- A** fraude contra credores.
- B** adjudicação de bem.
- C** alienação de bem por iniciativa particular.
- D** fraude de execução.

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 31

São consideradas mutualísticas

- A as sociedades limitadas.
- B as sociedades de economia mista.
- C as sociedades cooperativas.
- D as companhias.

QUESTÃO 32

As ações de uma companhia aberta **não** são passíveis de

- A hipoteca.
- B penhor.
- C usufruto.
- D penhora.

QUESTÃO 33

Entre os órgãos da sociedade anônima, detém o maior poder político

- A a assembleia geral.
- B a diretoria.
- C o conselho de administração.
- D o conselho fiscal.

QUESTÃO 34

Assinale a opção em que é apresentada declaração cambial que transmite, de modo imediato, a propriedade do título de crédito.

- A endosso-penhor
- B endosso puro e simples
- C mera assinatura do beneficiário ou tomador no averso do título
- D endosso-mandato

QUESTÃO 35

No Brasil, o estabelecimento empresarial regulado pelo Código Civil é tratado como

- A patrimônio de afetação ou separado.
- B sociedade não-personificada.
- C universalidade.
- D pessoa jurídica.

QUESTÃO 36

Acerca do contrato de trespasse e negócios empresariais afins, assinale a opção correta.

- A A cessão de todas as participações de uma sociedade, assim como ocorre com o trespasse, altera a titularidade nominal sobre o respectivo estabelecimento.
- B O trespasse equipara-se à incorporação de sociedades para todos os efeitos legais.
- C O trespasse pode ocorrer entre empresários individuais, assim como entre sociedades empresárias, ou entre estas e aqueles.
- D O trespasse equipara-se à cisão parcial para todos os efeitos legais.

QUESTÃO 37

É patenteável como invenção ou modelo de utilidade

- A aquilo que for contrário à segurança, à ordem e à saúde pública, desde que preencha os requisitos da patenteabilidade — novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- B microrganismo transgênico que atenda aos requisitos da patenteabilidade — novidade, atividade inventiva e aplicação industrial — e que não seja mera descoberta.
- C sinal distintivo visualmente perceptível e não compreendido nas proibições legais.
- D aquilo que for contrário à moral e aos bons costumes, desde que preencha os requisitos da patenteabilidade — novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

QUESTÃO 38

O valor mobiliário que confere ao seu titular crédito eventual perante a companhia, consistente na participação nos lucros anuais, é

- A o bônus de subscrição.
- B o *commercial paper*.
- C a parte beneficiária.
- D a ação.

QUESTÃO 39

Com relação ao encerramento da falência, assinale a opção correta.

- A A falência somente se encerra após a extinção de todas as obrigações do falido.
- B Para o encerramento, o administrador judicial deverá apresentar as contas, acompanhadas dos documentos comprobatórios, nos próprios autos da falência.
- C As contas do administrador judicial poderão ser impugnadas no prazo de 5 dias, contados da data de sua apresentação ao juízo da falência.
- D Da sentença de encerramento da falência caberá apelação.

QUESTÃO 40

A ação renovatória do aluguel empresarial deve ser

- A proposta no interregno de, no máximo, 6 meses, até 2 meses, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato em vigor.
- B ajuizada no segundo semestre do penúltimo ano do prazo do contrato em vigor.
- C proposta no interregno de um ano, no máximo, até 6 meses, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato em vigor.
- D ajuizada no penúltimo ano do prazo do contrato em vigor.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 41

Assinale a opção correta no que concerne à legislação acerca de crimes hediondos.

- A Em caso de sentença condenatória, o réu não poderá apelar em liberdade, haja vista a gravidade dos crimes elencados na referida legislação.
- B É previsto, para a prisão temporária, nos crimes hediondos, o prazo, improrrogável, de trinta dias.
- C A nova Lei dos Crimes Hediondos afasta a obrigatoriedade de cumprimento de pena em regime integralmente fechado.
- D A nova Lei dos Crimes Hediondos prevê, como requisito objetivo para a progressão de regime, o cumprimento de um sexto da pena caso o réu seja primário.

QUESTÃO 42

Segundo o Código Penal (CP), aquele que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário público, pratica o crime de

- A condescendência criminosa.
- B tráfico de influência.
- C advocacia administrativa.
- D prevaricação.

QUESTÃO 43

Acerca do concurso de pessoas, assinale a opção correta em conformidade com o CP.

- A As circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam, mesmo quando elementares do crime.
- B O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, são puníveis, mesmo se o crime não chegar a ser tentado.
- C Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente de sua culpabilidade.
- D Se algum dos concorrentes tiver optado por participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, a qual, entretanto, será aumentada, nos termos da lei, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

QUESTÃO 44

À luz do que dispõe o CP acerca da reabilitação, assinale a opção correta.

- A Após o decurso de dois anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução, o condenado poderá requerer a reabilitação, não se computando o período de prova da suspensão e o do livramento condicional.
- B Caso o reabilitado seja condenado, como reincidente, por decisão definitiva, à pena de multa, o Ministério Público pode requerer a revogação da reabilitação.
- C A reabilitação não pode ser revogada de ofício.
- D Caso o condenado seja reabilitado, terá assegurado o sigilo dos registros sobre o seu processo e a condenação.

QUESTÃO 45

Assinale a opção correta acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- A Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime, não sendo consideradas atos infracionais as contravenções penais.
- B Para os efeitos dessa lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do resultado da conduta delitiva, ainda que outra seja a data da ação ou omissão.
- C O adolescente somente será privado de sua liberdade em caso de flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- D Caso não haja sentença condenatória, a internação pode ser determinada pelo prazo máximo de sessenta dias.

QUESTÃO 46

Viviane esteve em uma locadora de filmes e, fazendo uso de documento falso, preencheu o cadastro e locou vários DVDs, já com a intenção de não devolvê-los.

Nessa situação hipotética, por ter causado à casa comercial prejuízo equivalente ao valor dos DVDs, Viviane praticou, segundo o CP, o delito de

- A estelionato.
- B furto mediante fraude.
- C apropriação indébita.
- D uso de documento falso.

QUESTÃO 47

Acerca dos crimes contra a honra, assinale a opção correta.

- A A imputação vaga, imprecisa ou indefinida de fatos ofensivos à reputação caracteriza difamação.
- B É impunível a calúnia contra os mortos.
- C No delito de injúria, o juiz deve aplicar a pena ainda que o ofendido, de forma reprovável, tenha provocado diretamente a injúria.
- D Considere que Pedro pratique crime contra a honra de José, imputando-lhe, falsamente, fato definido como crime e que Eduardo, sabendo falsa a imputação, a propale e divulgue. Nessa situação hipotética, Eduardo incorre na mesma pena de Pedro.

QUESTÃO 48

Suponha que Bárbara tenha se suicidado após ter sido induzida e instigada por Mercedes. Nessa situação hipotética, segundo o CP, a pena de Mercedes será duplicada

- A caso o crime tenha sido praticado por motivo egoístico.
- B se ela fugir para evitar prisão em flagrante.
- C caso o crime tenha resultado de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício.
- D se ela deixar de prestar socorro imediato à vítima.

QUESTÃO 49

O médico que, durante um plantão, realizar uma intervenção cirúrgica justificada por iminente perigo à vida, mas sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, praticará, segundo o CP,

- A** lesão corporal, em razão das manobras cirúrgicas.
- B** conduta não-criminosa, pois o paciente corria risco de morte.
- C** perigo para a vida ou saúde de outrem, dado que o médico expôs a vida do paciente a perigo direto e iminente.
- D** constrangimento ilegal, visto que o paciente não era obrigado a submeter-se a cirurgia.

QUESTÃO 50

Maria, ao encontrar, abandonado, na porta de sua residência, um recém-nascido desconhecido, deixou de prestar-lhe assistência, quando podia tê-lo feito sem risco pessoal. Além da vontade de omitir-se e consciente da situação de perigo em que a vítima se encontrava, Maria sequer pediu socorro à autoridade pública.

Na situação hipotética apresentada, a conduta de Maria pode ser tipificada como

- A** exposição ou abandono de recém-nascido.
- B** omissão de socorro.
- C** maus-tratos.
- D** abandono de incapaz.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**QUESTÃO 51**

Assinale a opção correta quanto às provas ilícitas, de acordo com o Código de Processo Penal (CPP), segundo recentes alterações legislativas.

- A** São, em regra, admissíveis as provas derivadas das ilícitas.
- B** Considera-se fonte independente aquela que, por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seja capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- C** As cartas particulares, ainda que interceptadas ou obtidas por meios criminosos, são, em regra, admitidas em juízo.
- D** São entendidas como provas ilícitas apenas as que forem obtidas em violação a normas constitucionais, devendo tais provas ser desentranhadas do processo.

QUESTÃO 52

No que se refere à prova testemunhal, assinale a opção correta de acordo com o CPP.

- A** As perguntas devem ser formuladas pelas partes, por intermédio do juiz e não diretamente à testemunha.
- B** Admite-se que as partes formulem perguntas que possam induzir a resposta das testemunhas.
- C** São admissíveis perguntas que não tenham relação com a causa.
- D** As testemunhas serão inquiridas uma de cada vez, de forma que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras, devendo o juiz, na ocasião da oitiva, adverti-las das penas cominadas ao falso testemunho.

QUESTÃO 53

Assinale a opção correta de acordo com o que dispõe o CPP acerca da perempção.

- A** A perempção se aplica à ação penal privada subsidiária da pública.
- B** Considera-se perempta a ação penal privada quando, iniciada esta, o querelante deixa de promover o andamento do processo durante trinta dias seguidos.
- C** A ausência de pedido de condenação, nas alegações finais, por parte do querelante, não enseja a perempção.
- D** Na ação penal pública, a perempção é causa extintiva da punibilidade.

QUESTÃO 54

Assinale a opção correta acerca do sequestro de bens, segundo o CPP.

- A** O sequestro será levantado se for julgada extinta a punibilidade ou absolvido o réu, por sentença transitada em julgado.
- B** Para a decretação do sequestro, exige-se a certeza acerca da proveniência ilícita dos bens.
- C** O juiz, de ofício, poderá ordenar o sequestro, desde que já tenha sido oferecida a denúncia ou queixa.
- D** Caberá o sequestro dos bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, salvo se já tiverem sido transferidos a terceiro.

QUESTÃO 55

De acordo com o CPP, considera-se impedido o juiz

- A** cujo cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, tenha funcionado como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- B** que tenha aconselhado qualquer das partes.
- C** que esteja respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- D** que seja amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.

QUESTÃO 56

Com relação ao processo em geral, assinale a opção correta de acordo com o CPP.

- A** Com exceção dos casos expressos em lei, as partes podem apresentar documentos em qualquer fase do processo.
- B** A fotografia do documento, mesmo que devidamente autenticada, não possui o mesmo valor do documento original.
- C** Não é permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, mesmo quando constituir elemento do corpo de delito.
- D** Considera-se álibi a circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.

QUESTÃO 57

Relativamente à prisão, assinale a opção correta de acordo com o CPP.

- A Na hipótese de resistência à prisão em flagrante, por parte de terceiras pessoas, diversas do réu, o executor e as pessoas que o auxiliarem não poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência.
- B Na hipótese de o executor do mandado verificar, com segurança, que o réu tenha entrado em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for atendido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, ainda que seja noite, entrará à força na casa, arrombando as portas, caso seja necessário.
- C Ainda que haja tentativa de fuga do preso, não será permitido o emprego de força.
- D Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, apresentando-o imediatamente à autoridade local, que providenciará a remoção do preso depois de haver lavrado, se for o caso, o auto de flagrante.

QUESTÃO 58

Acerca das nulidades, assinale a opção correta de acordo com o CPP.

- A A falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública, é causa de nulidade.
- B Uma vez declarada a nulidade de um ato, esta causará a dos atos que dele indiretamente dependam ou sejam consequência.
- C As omissões da denúncia, da queixa ou da representação não poderão ser supridas, ainda que antes da sentença final.
- D A incompetência do juiz é causa de nulidade, ao passo que a sua suspeição é mera irregularidade.

QUESTÃO 59

Assinale a opção que representa, segundo o CPP, recurso cujas razões podem ser apresentadas, posteriormente à interposição do recurso, na instância superior.

- A embargos de declaração
- B apelação
- C carta testemunhável
- D embargos de nulidade

QUESTÃO 60

Considerando a redação atual do CPP, assinale a opção correta no que diz respeito ao processo ordinário.

- A O acusado será citado para apresentar defesa prévia, no prazo de 3 dias.
- B O acusado será citado para comparecer a audiência de introdução, debates e julgamento.
- C O acusado será citado para comparecer a audiência de interrogatório.
- D O acusado será citado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias.

DIREITO DO TRABALHO**QUESTÃO 61**

Quanto à remuneração a ser paga no período de férias, assinale a opção correta de acordo com o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

- A No salário pago por tarefa, para fins de apuração do valor do salário, toma-se a média da produção no período aquisitivo, aplicando-se o valor da tarefa do mês imediatamente anterior à concessão das férias.
- B Para o salário pago por porcentagem, apura-se a média do que foi percebido nos doze meses que precederem à concessão das férias, sendo esta a remuneração do período de descanso.
- C No salário pago por hora cujas jornadas sejam variáveis, a remuneração das férias será a média dos últimos seis meses, pagando-se a esse título o valor do salário vigente na data da sua apuração.
- D O empregado não receberá salário, pois nesse período houve o afastamento do exercício de sua atividade laboral.

QUESTÃO 62

Assinale a opção correta acerca da suspensão do contrato de trabalho para que o empregado participe de curso ou programa de qualificação profissional.

- A O empregado, mesmo não prestando serviços, continua a receber salário por ser tal suspensão considerada benefício que visa ao aprimoramento do profissional em favor do empregador.
- B Se o empregado for dispensado durante a suspensão do contrato ou nos três meses subsequentes ao seu retorno ao trabalho, terá direito ao recebimento de multa convencional cujo valor será, no mínimo, igual ao montante da última remuneração mensal anterior à suspensão.
- C Não se exige previsão em acordo ou convenção coletiva para a realização de curso de qualificação profissional.
- D A suspensão do contrato para tal fim poderá ocorrer por um período mínimo de um e de, no máximo, seis meses.

QUESTÃO 63

Segundo a CLT, **não** representa hipótese de rescisão indireta

- A a ofensa que o empregador dirija ao empregado, inclusive quando se tratar de hipótese de legítima defesa.
- B o fato de empregador exigir serviços estranhos àquele para o qual o empregado foi contratado.
- C o rigor excessivo no tratamento dispensado pelo superior hierárquico ao empregado.
- D a falta grave praticada pelo empregador contra o empregado, mesmo quando inexistente o requisito da imediatidade e da causalidade.

QUESTÃO 64

Com relação ao descanso intrajornada, assinale a opção correta.

- Ⓐ O trabalho contínuo cuja duração seja de cinco horas diárias terá intervalo de 15 minutos para repouso ou alimentação.
- Ⓑ Os intervalos de descanso são computados na duração do trabalho prestado pelo empregado.
- Ⓒ Considera-se simples infração administrativa, sem qualquer outra consequência jurídica, a não-concessão, pelo empregador, do período de descanso do empregado.
- Ⓓ O acordo ou convenção coletiva de trabalho pode conter cláusula que reduza o intervalo intrajornada, visto que constitui matéria passível de negociação coletiva.

QUESTÃO 65

Assinale a opção correta no que se refere ao trabalhador avulso.

- Ⓐ Exige-se a intermediação do sindicato na colocação do trabalhador avulso na prestação do serviço, razão pela qual deve esse trabalhador ser sindicalizado.
- Ⓑ O trabalhador avulso não é amparado pelos direitos previstos na legislação trabalhista, só tendo direito ao preço acordado no contrato e à multa pelo inadimplemento do pacto, quando for o caso.
- Ⓒ O trabalho avulso caracteriza-se pela personalidade na prestação do serviço, pois a relação é *intuitu personae*.
- Ⓓ Será enquadrado como trabalhador avulso aquele que prestar serviço sem vínculo de emprego, a diversas pessoas, em atividade de natureza urbana ou rural com a intermediação obrigatória do gestor de mão-de-obra ou do sindicato da categoria, como, por exemplo, o amarrador de embarcação.

QUESTÃO 66

O motorista que trabalha em uma empresa cuja atividade seja preponderantemente rural é enquadrado como trabalhador

- Ⓐ urbano, visto que não atua diretamente no campo na atividade-fim da empresa.
- Ⓑ doméstico, porque, como motorista, não explora atividade lucrativa.
- Ⓒ rural, pois, embora não atue em funções típicas de lavoura e pecuária, presta serviços voltados à atividade-fim da empresa e, de modo geral, trafega no campo e não em estradas e cidades.
- Ⓓ urbano, pois faz parte de categoria diferenciada.

QUESTÃO 67

No que se refere à culpa recíproca como causa de extinção do contrato de trabalho por tempo indeterminado, prevista no art. 484 da CLT, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caracterizada a culpa recíproca, possibilita-se o pagamento ao empregado, pelo empregador, de metade do aviso prévio, do 13.º salário e das férias proporcionais.
- Ⓑ Tal instituto decorre de duas ações capazes de provocar, cada uma delas de per si, a dissolução do contrato de trabalho, sendo uma praticada pelo empregador e outra do empregado, sendo ambos os atos, ao menos, de natureza leve.
- Ⓒ A conduta do empregado que retruca a ofensa a ele dirigida pelo empregador não precisa ser grave nem guardar relação direta com a conduta ofensiva anterior.
- Ⓓ O empregado não terá direito ao recebimento do aviso prévio, das férias proporcionais e da gratificação natalina referente ao ano em que ocorrer a rescisão do pacto laboral.

QUESTÃO 68

Assinale a opção correta acerca da equiparação salarial de acordo com o previsto no art. 461 da CLT.

- Ⓐ É imprescindível que, quando proposta a reclamação em que se busque a equiparação salarial, o reclamante e o paradigma permaneçam como empregados do estabelecimento, ainda que o pedido diga respeito a situação pretérita.
- Ⓑ Cabe ao empregador provar a ocorrência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do pedido de equiparação salarial.
- Ⓒ Para fins de equiparação, o empregado e o paradigma podem desempenhar suas atividades em municípios ou estados diversos.
- Ⓓ No trabalho de igual natureza, observa-se a denominação do cargo ocupado, independentemente da função exercida pelo empregado.

QUESTÃO 69

Segundo a CLT, as federações

- Ⓐ são entidades sindicais compostas de, ao menos, cinco sindicatos que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, sejam elas similares ou conexas.
- Ⓑ têm como órgãos internos a diretoria e o conselho de representantes, apenas.
- Ⓒ têm o seu presidente escolhido entre os seus membros, sendo ele eleito pelo conselho de representantes.
- Ⓓ são entidades sindicais de grau superior que atuam em âmbito nacional.

QUESTÃO 70

Com relação à audiência de julgamento, assinale a opção correta de acordo com a CLT.

- Ⓐ Após a apresentação da defesa pelo reclamado, o juiz deverá propor a conciliação, conforme o disposto nessa legislação.
- Ⓑ O não-comparecimento do reclamado à audiência importa revelia, além da confissão quanto à matéria de fato e de direito.
- Ⓒ Não havendo acordo, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa.
- Ⓓ O não-comparecimento do reclamante à audiência de instrução importa o arquivamento da reclamação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 71

Maria, servidora pública aposentada há 15 anos, teve suspenso o pagamento de seus proventos por decisão da administração pública, que não a notificou previamente para se defender. A servidora, por meio de seu advogado, requereu, administrativamente, o pagamento de seus proventos, tendo em vista a ilegalidade da suspensão, ante a evidente ausência de contraditório e ampla defesa. A administração pública negou o pedido e manteve a suspensão do pagamento da aposentadoria de Maria, que, então, ajuizou uma ação com pedido liminar perante o Poder Judiciário, pleiteando a anulação do ato administrativo e o restabelecimento do seu direito. No Poder Judiciário, a liminar requerida pela servidora foi negada, e o processo judicial teve seguimento normal. Antes que o processo judicial chegasse a seu término, e antes mesmo de proferida a sentença final, a administração anulou o ato administrativo que suspendera o pagamento dos proventos a Maria, restabelecendo-o.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A possibilidade de apreciação judicial do ato denota a perda do poder de autotutela da administração pública.
- B A conduta da administração pública não afronta o princípio da separação dos poderes, pois, mesmo diante da não-concessão da liminar — o que trazia à administração pública uma situação processual favorável —, é possível a ela rever seus próprios atos quando eivados de vícios, ainda que estejam sendo discutidos judicialmente.
- C Ainda que houvesse decisão, transitada em julgado, declarando a legalidade do ato de suspensão do pagamento dos proventos de Maria, poderia a administração pública, de acordo com o princípio da independência das instâncias, anular ou revogar o ato administrativo que suspendera o pagamento da aposentadoria da servidora.
- D O ato de anulação praticado pela administração pública foi inadequado, pois cabível seria a revogação do ato de suspensão dos proventos de Maria.

QUESTÃO 72

Assinale a opção correta acerca da declaração de inidoneidade, que pode ser aplicada pela administração pública ao contratado, na forma prevista na Lei de Licitações e Contratos.

- A A aplicação da declaração de inidoneidade exclui a aplicação de multa e vice-versa.
- B A declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do ministro de Estado, do governador do estado ou do DF, ou do prefeito municipal, caso se trate de contrato celebrado respectivamente pela União, pelo estado ou pelo DF, ou pelo município.
- C A declaração de inidoneidade pode ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos firmados com a administração pública, tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributo, atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou por demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- D A declaração de inidoneidade não pode ser aplicada em caso de inexecução parcial do contrato.

QUESTÃO 73

Em determinado hospital público pertencente à União, foram construídos, na área interna do terreno em que está situado e que também pertence à União, diversos imóveis de 150 m² de área, para moradia temporária de médicos residentes. Os referidos imóveis são benfeitorias do hospital, sendo parte integrante deste, que é um bem afetado a finalidade pública. No entanto, o custo de manutenção desses imóveis ficou, ao longo do tempo, muito alto, e o diretor do hospital resolveu vendê-los.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Os imóveis cuja venda se discute estão submetidos ao instituto da afetação e, portanto, podem ser vendidos, sobretudo por haver justificação no seu alto custo de manutenção.
- B Não só o hospital e os imóveis que foram construídos em sua área como também os bens de uso especial, de forma geral, concentram-se no domínio da União.
- C Os médicos residentes que permanecerem residindo nos imóveis mencionados por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, adquirirão o domínio desses bens, podendo pleitear a usucapião.
- D Os imóveis construídos na área interna do hospital, que é afetado a uma finalidade pública, como benfeitorias e partes integrantes que dele são, amoldam-se à definição de bens de uso especial.

QUESTÃO 74

Um município não paga, há mais de 6 meses, as contas decorrentes do fornecimento de energia elétrica. A concessionária do serviço, após dois avisos de que o fornecimento de energia seria interrompido, suspendeu a prestação do serviço ao município, impossibilitando a fruição da energia elétrica em todos os prédios públicos e, ainda, nos espaços públicos, como ruas e praças. O município recorreu ao Poder Judiciário, requerendo que fosse determinado à concessionária o restabelecimento da prestação do serviço.

Com relação à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A A concessionária não pode suspender o fornecimento de energia elétrica nas unidades e serviços públicos nos quais não se admite paralisação, como, por exemplo, hospitais e postos de saúde, haja vista a impossibilidade de descontinuidade da prestação desses serviços.
- B A taxa ou preço público que deveria ser paga pelo município à concessionária é suficiente para demonstrar o caráter obrigatório e essencial do serviço.
- C No que diz respeito ao fornecimento da energia elétrica, a relação entre o município e a concessionária caracteriza-se como relação de consumo.
- D É ilegal a suspensão do fornecimento de energia elétrica para espaços públicos como ruas e praças, pois a suspensão atinge os cidadãos de forma geral, os quais pagam os seus impostos e não podem ser responsabilizados pela inadimplência do município.

QUESTÃO 75

Acerca dos princípios de direito administrativo, assinale a opção **incorreta**.

- A** O rol dos princípios administrativos, estabelecido originariamente na CF, foi ampliado para contemplar a inserção do princípio da eficiência.
- B** O princípio da legalidade, por seu conteúdo generalizante, atinge, da mesma forma e na mesma extensão, os particulares e a administração pública.
- C** Embora vigente o princípio da publicidade para os atos administrativos, o sigilo é aplicável em casos em que este seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- D** Tanto a administração direta quanto a indireta se submetem aos princípios constitucionais da administração pública.

QUESTÃO 76

Com referência ao regime de remuneração de agentes públicos por meio de subsídios, assinale a opção correta.

- A** A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos poderes da União, dos estados, do DF e dos municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, do presidente da República.
- B** A remuneração dos servidores públicos e os subsídios somente podem ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa estabelecida para cada caso, assegurada, ainda, revisão geral anual, sempre na mesma data, mas com a possibilidade de aplicação diferenciada de índices.
- C** O subsídio dos vereadores é fixado pelas respectivas câmaras municipais em cada legislatura para a subsequente, e a característica peculiar do sistema federativo brasileiro, segundo a qual o município constitui ente participante da federação, possibilita que a CF fixe limites a serem obedecidos quanto aos valores máximos que podem ser fixados pelas câmaras municipais.
- D** O subsídio dos deputados estaduais é fixado por lei de iniciativa da respectiva assembleia legislativa e, em razão da autonomia federativa, o seu valor pode chegar a superar aqueles fixados para os deputados federais.

QUESTÃO 77

Paulo, servidor público federal, deixou de observar determinadas regras legais durante a análise de um requerimento de particular, terminando por deferir a este uma licença à qual não tinha direito. Tomada ciência dos fatos, foi instaurado processo administrativo disciplinar. No curso da investigação, descobriu-se que Paulo recebera propina para a prática do referido ato. A comissão processante, após seguir todos os ritos legais, apresentou relatório sugerindo a demissão de Paulo e remeteu os autos à autoridade julgadora. A autoridade administrativa superior, ao julgar Paulo, teceu poucos comentários e fez remissão à adoção integral das razões declinadas pela comissão para determinar a demissão do servidor. Paulo impetrou mandado de segurança com a finalidade de anular a demissão ocorrida, alegando que a comissão fora instaurada para apurar o fato relativo a sua falta de cautela ao deferir o requerimento e terminou julgando-o por fato mais grave, qual seja, a prática de corrupção. Alegou, também, que a autoridade administrativa que o demitiu não fundamentara devidamente seu ato, já que fez mera remissão aos fundamentos da comissão de processo administrativo disciplinar. Por fim, atacou a ausência de contraditório, alegando que, após o relatório da comissão processante, ele não fora intimado pessoalmente para contestá-lo.

Com relação à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A** Não é permitido ao agente administrativo, para complementar suas razões, encampar os termos de parecer exarado por autoridade de menor hierarquia.
- B** A autoridade julgadora está vinculada às conclusões da comissão processante, cabendo-lhe apenas sopesar a pena.
- C** Paulo deveria ter sido intimado, pessoalmente, após o relatório da comissão processante, para que pudesse impugná-lo antes do julgamento.
- D** Não há ilegalidade na ampliação da acusação a servidor público se, durante o processo administrativo, forem apurados fatos novos, conexos, que, igualmente, constituam infração disciplinar, desde que o princípio do contraditório e da ampla defesa sejam rigorosamente observados.

QUESTÃO 78

Assinale a opção correta acerca da exoneração de servidores públicos segundo a Lei n.º 8.112/1990.

- A** A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício, e, no último caso, ela ocorrerá quando não forem satisfeitas as condições do estágio probatório ou quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- B** A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança não fica ao alvedrio da autoridade que investiu o agente da função ou do cargo em comissão.
- C** Quando requerida a exoneração pelo próprio servidor, a autoridade superior competente pode deixar de realizar o ato, caso o pequeno número de servidores no setor ocupado pelo requerente possa comprometer a continuidade do serviço público.
- D** A vacância do cargo público é decorrência exclusiva da exoneração.

QUESTÃO 79

O presidente da câmara de vereadores de um município realizou a contratação de pessoal para cargos de função tipicamente administrativa da câmara, sem a realização prévia de concurso público. O promotor de justiça da cidade, ao ter ciência do fato, ajuizou ação de improbidade administrativa em face do vereador presidente da câmara, perante o juiz de direito titular da comarca. O vereador alegou que a constituição estadual lhe confere foro privilegiado junto ao tribunal de justiça do estado, quando processado por atos que importem em crime de responsabilidade, e requereu a remessa dos autos ao tribunal.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Caso o serviço público venha a ser devidamente prestado pelas pessoas contratadas, restará desconfigurada a improbidade administrativa.
- B No caso em exame, não há direito a foro privilegiado, pois a matéria relativa à improbidade administrativa não é criminal.
- C Como pena, não seria cabível o ressarcimento ao erário, caso demonstrada a inexistência de dano a este, tampouco a multa civil, visto que esta ostenta caráter indenizatório.
- D A contratação sem concurso público configura ato de improbidade administrativa na modalidade lesão aos princípios administrativos, ainda que praticada com culpa.

QUESTÃO 80

Acerca do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da CF e regulado pela Lei n.º 8.987/1995, assinale a opção correta.

- A A transferência do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente não atinge o contrato de concessão.
- B Os contratos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública deverão, adicionalmente aos demais requisitos previstos para os outros tipos de concessão, estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão.
- C O contrato de concessão, por constituir contrato administrativo, não pode submeter-se ao emprego de mecanismos privados para resolução de disputas, como, por exemplo, a arbitragem.
- D A subconcessão dos serviços pela concessionária contratada pelo poder concedente é de livre pactuação.

DIREITO TRIBUTÁRIO**QUESTÃO 81**

Suponha que determinado ente da Federação pretenda instituir contribuição de melhoria para fazer face ao custo da construção de uma linha de metrô que beneficiará certa região metropolitana com valorização imobiliária. Considerando essa situação hipotética e a disciplina da espécie tributária mencionada, assinale a opção correta.

- A O valor da contribuição de melhoria deverá corresponder ao custo total da obra dividido pelo número de imóveis beneficiados.
- B O orçamento do custo da obra deverá ser previamente publicado, e o prazo para a sua impugnação administrativa pelos interessados não poderá ser inferior a 30 dias.
- C O valor da contribuição de melhoria deverá englobar, necessariamente, o valor total da obra pública a ser custeada pela exação.
- D O referido ente da Federação somente pode ser um município ou o DF.

QUESTÃO 82

Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos

- A todas as decisões dos órgãos coletivos de jurisdição administrativa.
- B as práticas acidentalmente observadas pelas autoridades administrativas.
- C os ajustes firmados entre os entes tributantes e pessoas jurídicas de direito privado.
- D os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.

QUESTÃO 83

Suponha que as pessoas jurídicas Alfa e Beta tenham adquirido, em conjunto, imóvel comercial localizado em determinado município da Federação e o tenham alugado para Antônio. Considerando essa situação hipotética e a legislação tributária aplicável, assinale a opção correta.

- A Se Alfa ajuizar ação de restituição de IPTU incidente sobre o referido imóvel, pago indevidamente, a interrupção do prazo prescricional não favorecerá Beta.
- B Se Alfa não estiver regularmente constituída, a responsabilidade pelo pagamento de tributos incidentes sobre o aludido imóvel recairá exclusivamente sobre Beta.
- C Os créditos tributários relativos ao IPTU existentes no ato da aquisição do imóvel referido sub-rogam-se nas pessoas de Alfa e Beta, salvo quando conste do título prova de sua quitação.
- D Relativamente ao IPTU incidente sobre o referido imóvel, a responsabilidade pelo seu pagamento será do locatário, se houver expressa determinação contratual, cabendo à fazenda pública, no caso de eventual execução fiscal, ajuizá-la contra Antônio.

QUESTÃO 84

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca da constituição do crédito tributário, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

- A** Após emitida a declaração anual do imposto de renda, José constatou a existência de erro que importou no pagamento em valor superior ao tributo efetivamente devido. Nessa situação, José poderá proceder à retificação da declaração inicialmente feita, reduzindo o valor do tributo devido, desde que comprove a existência do erro em que se funde e desde que proceda à retificação antes de notificado o lançamento.
- B** A autoridade fiscal lançadora, analisando declaração feita por contribuinte, relativa à importação de bens de consumo, constatou que os preços atribuídos aos bens importados eram bastante inferiores aos praticados pelo mercado. Nessa situação, a autoridade competente não poderá homologar as declarações feitas pelo contribuinte, devendo, necessariamente, encaminhar os fatos ao órgão competente para apuração do valor do tributo devido e cobrá-lo por intermédio de execução fiscal.
- C** Paulo, ao elaborar sua declaração anual do imposto de renda, apurou a existência de imposto adicional a pagar, efetuando seu regular pagamento à vista. Nessa situação, o referido pagamento suspende o crédito tributário, até posterior homologação do lançamento pela autoridade administrativa competente.
- D** Determinada pessoa jurídica adquiriu bens de capital advindos do exterior, pagando-os em moeda estrangeira. Nessa situação, quando for realizar o lançamento do tributo, a referida pessoa jurídica deverá converter o valor pago pelos bens em moeda nacional ao câmbio do dia do lançamento.

QUESTÃO 85

Se determinado município conceder isenção a todas as indústrias localizadas nos limites de seu território, essa isenção tributária

- A** dispensará as indústrias do cumprimento das obrigações acessórias, como a emissão de notas fiscais.
- B** caracterizar-se-á como dispensa constitucional de tributo.
- C** não será extensiva às taxas, salvo disposição de lei em sentido contrário.
- D** constituirá hipótese de suspensão da exigibilidade de quaisquer créditos tributários relativos às indústrias.

QUESTÃO 86

O CTN veda a divulgação, por parte da fazenda pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício público sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Constitui exceção ao dever de sigilo fiscal a

- A** permuta de informações entre quaisquer entidades do Poder Executivo federal, na forma estabelecida por lei ou convênio.
- B** requisição de autoridade administrativa ou judiciária, exclusivamente sobre litígios de natureza criminal.
- C** solicitação de autoridade administrativa no interesse da administração pública federal, em qualquer hipótese.
- D** permuta de informações entre a União e Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos previstos em tratados, acordos ou convênios.

QUESTÃO 87

Acerca das disposições do CTN quanto às garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a opção correta.

- A** Todos os bens e rendas do devedor respondem pelas dívidas tributárias, com exceção dos imóveis residenciais gravados por hipoteca.
- B** Nas execuções comuns, os créditos tributários sempre preferem a quaisquer outros, seja qual for a natureza ou o tempo de constituição.
- C** No processo falimentar, a multa tributária não goza de quaisquer preferências processuais.
- D** A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza da obrigação tributária correspondente.

QUESTÃO 88

Assinale a opção correta acerca do processo de execução fiscal, previsto na Lei n.º 6.830/1980.

- A** É lícito o ajuizamento de execução fiscal contra o fiador e os sucessores do devedor a qualquer título.
- B** Depende de requerimento expresso constante da petição inicial a produção de provas pela fazenda pública.
- C** O despacho do juiz que deferir a petição inicial importa, necessariamente, em ordem para arresto, se não for paga a dívida nem garantida a execução.
- D** A dívida ativa da União será apurada e inscrita no conselho de contribuintes do Ministério da Fazenda.

QUESTÃO 89

De acordo com o CTN, a base de cálculo do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários (IOF) é,

- A** na transmissão, somente o valor da cotação em bolsa.
- B** na repactuação, apenas o valor da diferença objeto do negócio.
- C** no pagamento ou resgate, o respectivo preço.
- D** na emissão, exclusivamente o valor nominal.

QUESTÃO 90

O imposto sobre grandes fortunas poderá ser instituído pelo exercício da competência

- A** extraordinária dos estados.
- B** privativa da União.
- C** privativa da União e dos estados.
- D** residual da União.

REGULAMENTO GERAL, CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

QUESTÃO 91

O advogado Jairo, com o objetivo de oferecer serviços jurídicos para captar causas ou clientes, criou um sítio profissional na Internet, no qual incluiu dados com referências a valores dos serviços profissionais, tabelas e formas de pagamento. Em seguida, contratou uma empresa de publicidade para confeccionar adesivos com os dizeres “sem advogado não se faz justiça” e a indicação de seu número de telefone. Jairo, que advoga há 40 anos, é profissional renomado na área de direitos humanos. Em março de 2008, recebeu de um conselho seccional da OAB a comenda Medalha Rui Barbosa. O presidente desse conselho também o homenageou, atribuindo ao novo prédio da sede do conselho o nome de Jairo.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta no que se refere à legislação da OAB.

- A** Os prédios, salas e dependências dos órgãos da OAB poderão receber nomes de pessoas vivas.
- B** As formas de pagamento e os valores dos serviços profissionais deverão estar claros no anúncio dos serviços oferecidos pelos advogados, de maneira a não caracterizar concorrência desleal.
- C** Como a Internet é um veículo de comunicação universal, o conteúdo disponível no sítio do advogado não está na esfera de controle da OAB.
- D** A Medalha Rui Barbosa é a comenda máxima conferida às grandes personalidades da advocacia brasileira pelo Conselho Federal da OAB e não pelos conselhos seccionais.

QUESTÃO 92

Ministro aposentado do STJ propôs, na qualidade de parte e advogado, ação de cobrança contra Maria das Graças. Em 19/9/2008, Maria das Graças, procuradora do estado do Rio de Janeiro, foi citada por intermédio de oficial de justiça para apresentar contestação. O advogado de Maria das Graças, João das Neves, é defensor público aposentado e pretende candidatar-se ao cargo de presidente de seccional da OAB.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta referente à legislação da OAB.

- A** Defensores públicos da União exercem a advocacia pública, mas não os procuradores de estado, que podem advogar em causas particulares.
- B** João das Neves, como ex-integrante da advocacia pública, é elegível e pode integrar qualquer órgão da OAB.
- C** Ministro aposentado do STJ pode advogar nas primeiras e segundas instâncias das justiças estadual e federal, mas é impedido de exercer a advocacia no TST.
- D** Defensores públicos estão sujeitos à inscrição na OAB para o exercício de suas funções, entretanto estão dispensados do pagamento das anuidades fixadas.

QUESTÃO 93

Assinale a opção correta relativamente ao Regulamento Geral do Estatuto da OAB.

- A** Suponha que Bernardo tenha sido agraciado com a medalha Rui Barbosa em agosto de 2005. Nessa situação, a partir dessa data, Bernardo poderá participar das sessões do Conselho Pleno, com direito a voz.
- B** Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros tem direito a voto nas sessões das câmaras e do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB.
- C** As comissões permanentes do Conselho Federal serão integradas exclusivamente por conselheiros federais.
- D** Presidente de conselho seccional da OAB tem direito a voto nas sessões das câmaras do Conselho Federal da OAB.

QUESTÃO 94

Quanto à incompatibilidade e ao impedimento do advogado, assinale a opção correta.

- A** Bacharel em direito que exerce as funções de assessor de gabinete de desembargador está em situação de impedimento para o exercício da advocacia.
- B** Servidor da justiça do trabalho não possui capacidade postulatória, por exercer função incompatível com a advocacia.
- C** Militares, de qualquer natureza, que estejam na reserva são impedidos do exercício da advocacia.
- D** Auditor fiscal de secretaria estadual da fazenda que desempenhe função de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos está impedido de exercer a advocacia contra a União.

QUESTÃO 95

Assinale a opção correta a respeito dos fins e da organização da OAB.

- A** O Instituto dos Advogados Brasileiros inspirou a criação da OAB, que se consolidou a partir da CF.
- B** Os conselhos seccionais da OAB são autarquias especializadas vinculadas aos respectivos estados-membros em que estiverem sediadas.
- C** A criação das subseções da OAB requer autorização do presidente nacional da OAB, que definirá a abrangência de atuação em um ou mais municípios.
- D** A competência para processar e julgar ações do interesse ativo ou passivo da OAB é da justiça federal.

QUESTÃO 96

Assinale a opção correta em relação ao processo disciplinar na OAB.

- A** Os prazos ficam suspensos durante os recessos do Conselho, reiniciando-se sua contagem no primeiro dia útil seguinte ao seu término.
- B** Notificado o advogado para manifestação, a contagem do prazo se iniciará 48 horas após a juntada do aviso de recebimento dos correios.
- C** Os prazos do Estatuto são unificados e, em qualquer caso, são de 15 dias, seja para defesa, razões finais, recursos, seja para juntada do original das peças interpostas via fac-símile.
- D** Na omissão do Regulamento Geral e do Código de Ética e Disciplina, o Estatuto da OAB determina a aplicação subsidiária das regras do direito processual civil nas hipóteses de processo disciplinar.

QUESTÃO 97

Ainda no que tange ao processo disciplinar, assinale a opção correta.

- A** Todos os processos disciplinares dos advogados inscritos na OAB em todo o território nacional serão recebidos no conselho seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração e encaminhados ao Conselho Federal para imediato julgamento.
- B** O prazo para defesa prévia é improrrogável.
- C** O processo disciplinar na OAB tramita em sigilo até o seu término, contudo terão acesso às informações dos autos as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente.
- D** Uma vez aplicada sanção no âmbito da OAB, exclui-se qualquer comunicação às autoridades competentes caso o fato constitua crime.

QUESTÃO 98

Assinale a opção correta relativamente ao Estatuto da Advocacia e da OAB.

- A** Os advogados aos quais forem aplicadas as sanções disciplinares de exclusão poderão exercer a advocacia em outros estados da Federação, desde que façam a inscrição suplementar e que obtenham autorização condicional do presidente do respectivo conselho seccional.
- B** A multa a um advogado é aplicável exclusivamente nos casos de sanções disciplinares mais graves, como a exclusão.
- C** Em nenhum caso de aplicação da sanção disciplinar de censura ocorrerá registro nos assentamentos do advogado inscrito na OAB.
- D** A aplicação da sanção disciplinar de exclusão a um advogado necessita da manifestação favorável de dois terços dos membros do conselho seccional competente.

QUESTÃO 99

Com relação às subseções da OAB, assinale a opção correta.

- A** Subseção com 300 advogados efetivamente domiciliados na sua base territorial poderá instituir conselho, cujo número de membros e cuja competência serão fixados pelo conselho seccional.
- B** A área territorial das subseções não poderá abranger mais de 5 municípios e deverá contar com o número mínimo de 20 advogados nela profissionalmente domiciliados.
- C** Dada a característica da autonomia administrativa, os conselhos seccionais jamais poderão intervir nas subseções.
- D** Conflitos de competência entre duas ou mais subseções serão dirimidos pelo conselho seccional, com recurso ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB.

QUESTÃO 100

Assinale a opção correta de acordo com o Regulamento Geral da OAB.

- A** Advogado inscrito na Seccional do DF e que tenha até três ações na justiça em São Paulo deverá, obrigatoriamente, fazer a inscrição suplementar na OAB/SP.
- B** Delegado da polícia federal é legitimado para requerer desagravo público, a ser promovido pelo conselho seccional, em favor de advogado, inscrito na OAB, que tenha sido ofendido em razão do exercício profissional.
- C** O compromisso perante o conselho seccional da OAB para fins de requerimento da inscrição principal no quadro de advogados poderá ser feito por procuração.
- D** O desagravo público depende da concordância do ofendido.

